



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000719679

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0012904-31.2010.8.26.0510, da Comarca de Rio Claro, em que é apelante JOÃO PASETTO, é apelado PAULO SERGIO SOARES.

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores LUIZ EURICO (Presidente) e MARIO A. SILVEIRA.

São Paulo, 28 de setembro de 2015.

Sá Duarte

RELATOR

Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0012904-31.2010.8.26.0510

COMARCA: RIO CLARO

APELANTE: JOÃO PASETTO

APELADO: PAULO SERGIO SOARES

VOTO Nº 29.300

ACIDENTE DE TRÂNSITO – Pretensão indenizatória julgada procedente – Lucros cessantes corretamente reconhecidos e dimensionados – Indenização do dano moral arbitrada em R\$ 15.000,00 que não comporta redução – Honorários advocatícios adequadamente arbitrados em 15% da condenação – Recurso não provido.

Cuida-se de apelação interposta contra a r. sentença de procedência da pretensão indenizatória derivada de acidente de trânsito, condenado o réu ao ressarcimento das despesas médicas, com medicamentos, tratamento e fisioterapia a ser apuradas em liquidação de sentença, bem como ao pagamento de indenização por lucros cessantes equivalente a 5,7 salários mínimos, e indenização do dano moral de R\$ 15.000,00, mais custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 15% da condenação, observada a gratuidade processual da qual é beneficiário o réu.

Inconformado, o réu busca a parcial reforma da sentença. Aduz que, embora tenha admitido a culpa pelo acidente, foi diligente e prestou todo o auxílio ao autor, fornecendo-lhe remédios, transporte e suporte financeiro. Refere que é uma pessoa simples, com idade avançada, único provedor da sua família e dependente de proventos da aposentadoria de R\$ 2.060,00, sem recursos financeiros suficientes, portanto, para suportar a condenação sem prejuízo próprio e da sua família. Reputa excessiva a indenização do dano moral

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

frente sua situação socioeconômica. Destaca que tem uma filha de 58 anos de idade, portadora de necessidades especiais desde o nascimento, conforme fotos trazidas com as razões do apelo, circunstância que impõe grande encargo financeiro. Colaciona precedentes em abono de sua posição. Em seguida, postula a redução dos honorários advocatícios. Por último, alega que o laudo pericial atestou que não houve redução da capacidade laborativa do autor, que desde o acidente estava apto ao trabalho, não podendo ser responsabilizado pelo fato de o autor optar por permanecer recebendo auxílio doença do órgão previdenciário.

Recurso tempestivo, sem preparo por ser o réu beneficiário da gratuidade processual e respondido.

É o relatório.

O apelo não merece provimento.

Em primeiro lugar, porque o fato de o apelante supostamente não reunir condições econômicas de fazer frente à condenação obviamente não o isenta da responsabilidade pelos graves danos causados ao apelado, corretamente reconhecidos na instância de origem. Além disso, o estudo dos autos revela que foi bastante parcimoniosa a indenização concedida ao apelado, nada tendo de excessiva;

No tocante aos lucros cessantes, o perito judicial apurou redução da capacidade laboral na ordem de 28,75%. O apelado, à época do acidente, auferia renda mensal de R\$ 684,00, o que corresponde a 1,24 salários mínimos vigentes por ocasião da sentença, de modo que a redução laboral, como bem consignado na sentença, realmente equivale a 35,50% do salário mínimo referenciado.

Desse modo, considerando o período de 16 meses de

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

afastamento, incontroverso nos autos, correta a condenação do apelante ao pagamento de 5,7 salários mínimos, a título de indenização por lucros cessantes.

A indenização do dano moral, por sua vez, não comporta redução.

O apelado, além de ter sofrido dano estético em seu ombro esquerdo, foi submetido a risco de morte, ficando afastado de suas atividades laborais pelo período de 16 meses, incontornável o reconhecimento, portanto, de que tal fato extrapola o que se pode entender por mero aborrecimento, insusceptível de reparação extrapatrimonial.

O “quantum” fixado para composição desses danos – moral e estético – não configura enriquecimento sem causa do apelado, mostrando-se suficiente para atender à dupla função desse tipo de reparação – compensação do ofendido e punição do ofensor.

Igualmente não é o caso de se reduzir a verba honorária advocatícia, em conta a instauração desta etapa recursal e porque nada têm de excessivos. Quantia menor acarretará o aviltamento do trabalho dos advogados do apelado.

Note-se que o feito foi sentenciado aproximadamente três anos após seu ajuizamento e a atuação dos advogados do apelado abrangeu elaboração de petição inicial, réplica e contrarrazões de apelação, além do comparecimento a duas audiências de instrução.

Isto posto, voto pelo não provimento do recurso.

SÁ DUARTE

Relator